| **CHECKLIST PARA POSSE EM CARGO EFETIVO e COMISSIONADO***(Resolução TJ-TO nº 02/2014)* |
| --- |
| **I - FICHA CADASTRAL** (*devidamente preenchida*) |
| - Ficha Cadastral  |
| **II – DECLARAÇÕES** |
| - **Somente nos casos de posse em cargo em comissão:** Declaração de inexistência de relação familiar ou parentesco que importe em prática de Nepotismo *(Resolução CNJ nº 07/2005)* |
| - **Somente nos casos de posse em cargo em comissão:**- Declaração de não incidência em qualquer das hipóteses vedadas pela Resolução CNJ n° 156/2012 (Ficha Limpa)  |
| - Declaração de não acumulação de cargos públicos *(art. 37, XVI e §10 da Constituição Federal)* *- se SIM*  - Certidão de Vínculo do órgão empregador constando os seguintes dados: cargo, vínculo, carga horária e jornada de trabalho |
| - Declaração sobre exercício da advocacia |
| - Declaração de não participação em sociedade privada |
| - Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo - TCMS |
| **III - CERTIDÕES** |
| [Certidão Negativa Federal](http://www.trf1.jus.br/Servicos/Certidao/) – Cível e CriminalClique Ctrl + botão esquerdo do mouse simultaneamente para abrir o Link: [Certidão Negativa Federal](https://sistemas.trf1.jus.br/certidao/#/solicitacao) |
| [Certidão Negativa de Crimes Eleitorais (TSE)](http://www.tse.jus.br/eleitor/servicos/certidoes/certidao-de-crimes-eleitorais)Clique Ctrl + botão esquerdo do mouse simultaneamente para abrir o Link: [Certidão Negativa de Crimes Eleitorais (TSE)](http://www.tse.jus.br/eleitor/servicos/certidoes/certidao-de-crimes-eleitorais) |
| [Certidão Negativa da Justiça Militar da União (STM)](http://www.stm.jus.br/servicos-stm/certidao-negativa/emitir-certidao-negativa)Clique Ctrl + botão esquerdo do mouse simultaneamente para abrir o Link: [Certidão Negativa da Justiça Militar da União (STM)](http://www.stm.jus.br/servicos-stm/certidao-negativa/emitir-certidao-negativa) |
| [Certidão de processos cíveis, criminais e Militar de 1ª instância (nas comarcas onde reside ou residiu nos últimos 5 anos)](https://eproc1.tjto.jus.br/eprocV2_prod_1grau/externo_controlador.php?acao=cj_online&acao_origem=&acao_retorno=cj)Clique Ctrl + botão esquerdo do mouse simultaneamente para abrir o Link: [Certidão de processos cíveis, criminais e Militar de 1ª instância (nas comarcas onde reside ou residiu nos últimos 5 anos)](https://eproc1.tjto.jus.br/eprocV2_prod_1grau/externo_controlador.php?acao=cj_online&acao_origem=&acao_retorno=cj) |
| [Certidão de processos cíveis e criminais de 2ª instância (onde reside ou residiu nos últimos 5 anos)](https://eproc2.tjto.jus.br/eprocV2_prod_2grau/externo_controlador.php?acao=cj_online&acao_origem=&acao_retorno=cj)Clique Ctrl + botão esquerdo do mouse simultaneamente para abrir o Link: [Certidão de processos cíveis e criminais de 2ª instância (onde reside ou residiu nos últimos 5 anos)](https://eproc2.tjto.jus.br/eprocV2_prod_2grau/externo_controlador.php?acao=cj_online&acao_origem=&acao_retorno=cj) |
| [Certidão Negativa de Contas Julgadas Irregulares pelo TCU](https://contas.tcu.gov.br/certidao/Web/Certidao/home.faces) Clique Ctrl + botão esquerdo do mouse simultaneamente para abrir o Link: [Certidão Negativa de Contas Julgadas Irregulares pelo TCU](https://contasirregulares.tcu.gov.br/ordsext/f?p=105:21:::NO:3,4,5,21:P21_FINS_ELEITORAIS:N)  |
| [Certidão Negativa de Contas Julgadas Irregulares pelo TCE-TO](http://www.tce.to.gov.br/tceacd/certidao/CertidaoNegativa.php) Clique Ctrl + botão esquerdo do mouse simultaneamente para abrir o Link: [Certidão Negativa de Contas Julgadas Irregulares pelo TCE-TO](https://www.tce.to.gov.br/sistemas/acd-certidao-negativa-de-contas)  |
| [Certidão Negativa de Condenação por Improbidade Administrativa do CNJ](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php?validar=form) Clique Ctrl + botão esquerdo do mouse simultaneamente para abrir o Link: [Certidão Negativa de Condenação por Improbidade Administrativa do CNJ](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php?validar=form)  |
| [Certidão Negativa ou Positiva de Débitos Tributários da Secretaria da Fazenda Estadual (SEFAZ-TO)](http://www.sefaz.to.gov.br/servicos_cnd.php) Clique Ctrl + botão esquerdo do mouse simultaneamente para abrir o Link: [Certidão Negativa de Débitos Tributários da Secretaria da Fazenda Estadual (SEFAZ-TO)](http://apps.sefaz.to.gov.br/cnd/servlet/hecwbcnd01)  |
| Declaração Anual de Bens apresentada à Receita Federal com respectivo recibo de envio ou no caso de isento (art. 13 da Lei nº 8.429/92) No caso de ISENTO, deve-se apresentar a [Declaração de isenção de imposto de renda](https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/centrais-de-conteudo/formularios/declaracoes/dai/view) disponível através do link Clique Ctrl + botão esquerdo do mouse simultaneamente para abrir o Link: [Declaração de isento de imposto de renda](https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/centrais-de-conteudo/formularios/declaracoes/dai/view) |
| Certidão de que não foi demitido ou exonerado a bem do serviço público nos últimos 10 anos (solicitar certidão em todos os órgãos que trabalhou neste período) |

| **FICHA CADASTRAL** |
| --- |
| I – DADOS PESSOAIS |
| Nome Social do Servidor:      |
| *\* Fundamentação Legal:* *" De acordo com os artigos 26 e 102 do Regimento Interno do Conselho Nacional de Justiça, que dispõem sobre o uso do nome social pelas pessoas trans, travestis e transexuais usuárias dos serviços judiciários, pelos membros, estagiários, servidores e trabalhadores terceirizados dos tribunais brasileiros."* |
| Nome do Servidor:      | Data de Nascimento:       |
| Nome do Pai:      |
| Nome da Mãe:      |
| Nome do Conjuge:      | Data de Casamento:       |
| Data Primeiro Serviço Público (Exercício):      | Nacionalidade: | Ano chegada ao Brasil: | Município de Nascimento: | UF do Município de Nascimento: |
| Tipo Sanguíneo:[ ]  A- [ ]  A+[ ]  B- [ ]  B+[ ]  O- [ ]  O+[ ]  AB- [ ]  AB+ | Estado Civil:[ ]  Solteiro [ ]  Divorciado [ ]  Casado [ ]  Separado Judicialmente [ ]  Viúvo [ ]  União Estável [ ]  Outros | Cor/Raça:[ ]  Indígena [ ]  Amarela [ ]  Branca [ ]  Parda [ ]  Preta  |
| Pessoa com Deficiência (PcD)[ ]  Não [ ]  Sim [ ]  Física [ ]  Auditiva [ ]  Outra: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ [ ]  Mental [ ]  Visual   [ ]  Portador de Doença Grave – CID. 10 nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ [ ]  Pessoa com Deficiência –- CID. 10 nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_*Lei nº 13.146/2015 - Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).* |
| Doador de Órgãos[ ]  Sim [ ]  Não | Sexo[ ]  Feminino [ ]  Masculino |
| Possui Filhos?[ ]  Sim [ ]  Não | Quantidade de dependentes: (**) *\* somente dependentes para fins de Imposto de Renda******Após nomeação/cessão o servidor deve incluir os dependentes no módulo de Cadastro de Servidor/ Magistrado, disponível no Portal E-gesp deste Diretoria*** |
| Dados dos Dependentes 1. Nome: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

 CPF: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_1. Nome: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

 CPF: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_1. Nome: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

 CPF: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_1. Nome: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

 CPF: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |
| Tem filho com Deficiência (PcD)[ ]  Não [ ]  Sim Nome: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_[ ]  Física [ ]  Auditiva [ ]  Outra: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ [ ]  Mental [ ]  Visual   [ ]  Portador de Doença Grave – CID. 10 nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ [ ]  Pessoa com Deficiência –- CID. 10 nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_Lei nº 13.146/2015 - Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). |
| II – ENDEREÇO |
| Endereço      | CEP   |
| Bairro   | Cidade      | UF      |
| III – DOCUMENTOS |
| CPF      | PIS/PASEP      |
| RG      | Data de Expedição      | Via: 1ª (      ) 2ª (      )  |
| Órgão Expedidor      | UF Expedidor      |
| Titulo Eleitoral      | Zona      | Secão      |
| Data da Expedição      | Município      | UF      |
| Situação Militar[ ]  1. Não alistado [ ]  5. reservista de 2ª [ ] 2. Alistado [ ]  Oficial de Reserva [ ]  3. Dispensado [ ]  4. reservista de 1ª | Nº do Documento      | Data de Expedição      |
| Òrgão Experiente da Situação Militar      |
| IV – CONTATOS |
| Telefone Residencial      | Telefone Celular      |
| Email pessoal      | Email Institucional      |
| **V – ESCOLARIDADE**  |
| Nível de Escolaridade[ ]  Fundamental [ ]  Mestrado[ ]  Ensino Médio [ ] Doutorado [ ]  Graduação [ ]  Pós-Doutorado [ ]  Pós-graduação   | Curso      |
| Instituição de Ensino      |
| Data da conclusão do curso       | Município       |

**Declaração de Vínculo em Cargos Públicos**

Eu, NOME, CPF nº      , declaro que em conformidade com a legislação vigente e para fins de admissão no Serviço Público Estadual, sob as penas da Lei que, na esfera Federal, Estadual ou Municipal, em qualquer de seus Poderes, incluindo órgãos da Administração Direta, Sociedade de Economia Mista, Empresas Públicas, Fundações e Autarquias:

1) Ocupa outro cargo, emprego ou função pública?

[ ]  Não. [ ]  Sim. Quantos

a) Qual o cargo, emprego ou função pública

 Qual o vínculo:

 Efetivo: (     ) Comissionado.(     ).

 Qual a carga horária:      .

 Qual a jornada de trabalho      .

 b) Qual o cargo, emprego ou função pública

 Qual o vínculo:

 Efetivo: (     ) Comissionado.(     ).

 Qual a carga horária:      .

 Qual a jornada de trabalho      .

c) Qual o cargo, emprego ou função pública

 Qual o vínculo:

 Efetivo: (     ) Comissionado.(     ).

 Qual a carga horária:      .

 Qual a jornada de trabalho      .

d) Qual o cargo, emprego ou função pública

 Qual o vínculo:

 Efetivo: (     ) Comissionado.(     ).

 Qual a carga horária:      .

 Qual a jornada de trabalho      .

 e) Qual o cargo, emprego ou função pública

 Qual o vínculo:

 Efetivo: (     ) Comissionado.(     ).

 Qual a carga horária:      .

 Qual a jornada de trabalho      .

f) Qual o cargo, emprego ou função pública

 Qual o vínculo:

 Efetivo: (     ) Comissionado.(     ).

 Qual a carga horária:      .

 Qual a jornada de trabalho      .

\*Observação: Servidor deve apresentar declaração de Vínculo do órgão empregador constando os seguintes dados: cargo, vínculo, carga horária e jornada de trabalho

**Continuação**

2) Está em usufruto de licença, suspensão de contrato de trabalho ou disponibilidade em cargo, emprego ou função pública?

[ ]  Não. [ ]  Sim. Qual o cargo, emprego ou função pública

 Qual o Órgão      .

3) Está aposentado em qualquer cargo, emprego ou função pública?

[ ]  Não. [ ]  Sim. Qual o cargo, emprego ou função pública

 Qual o Órgão      .

Por ser verdade, assino o presente.

Palmas-TO, \_\_\_\_\_/ \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_.

Assinatura:

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Resolução nº 2, de 8 de Agosto de 2012 - Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJ/TO) - **Dispõe sobre a documentação exigida para a posse**

*(...) CAPÍTULO I*

*DA DOCUMENTAÇÃO PARA POSSE*

*Art. 1º São exigidos para posse de magistrados e de servidores efetivos ou comissionados e para a ocupação de função de*

*confiança, os seguintes documentos, certidões negativas e declarações:*

 *II declarações:*

 *b) de inacúmulo de cargos...(...).*

Resolução nº 186, 18 de fevereiro de 2014 - Conselho Nacional de Justiça (CNJ)

*Art. 1º Alterar o inciso V do § 1º do artigo 5º da*[*Resolução n. 156*](http://www.cnj.jus.br/atos-normativos?documento=56)*, que passa a vigorar com a seguinte redação:*

*Art.5º.........................................................................................................*

*V - dos entes públicos ou órgãos jurisdicionais, em que tenha trabalhado nos últimos dez anos, constando a informação de que não foi demitido, a qualquer título, não teve cassada aposentadoria ou disponibilidade e não foi destituído de cargo em comissão.*

# Declaração de Parentesco

Eu, NOME, CPF nº      , declaro que em conformidade com o disposto nos arts. 1º e 2º da Resolução CNJ nº 7, de 18/10/2005, que tenho cônjuge, companheiro(a) ou parente(s) até terceiro grau que seja Membro(s) do Poder judiciário ou servidor(es) investido(s) em cargo(s) de direção ou assessoramento do Poder Judiciário.

[ ]  NÃO

[ ]  SIM

 Nome do Parente:

 Tipo de Parentesco: . Considera-se parente de até terceiro grau do magistrado/servidor ou de seu cônjuge/companheiro os pais, avós, bisavós, filhos, netos, bisnetos, irmãos, tios e sobrinhos.

[ ]  Cônjuge/Companheiro, [ ]  Sogro (a), [ ] filho (a),

[ ]  pai/mãe, [ ]  bisavô (a), [ ]  Avô (a), [ ]  Avô (a),

[ ]  neto (a), [ ]  bisneto (a), [ ] Irmão (a), [ ]  Tia (a), [ ]  Sobrinho (a),

[ ]  Avó (a) do Cônjuge/Companheiro [ ]  Bisavó (a) do Cônjuge/Companheiro,

[ ]  Filho do Cunhado, [ ]  Cunhado (a), [ ]  Tia do cunhado (a) [ ]  Outros

Lotação:

 Cargo:

 CPF:

Palmas-TO, \_\_\_\_\_/ \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_.

Assinatura:

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Resolução nº 2, de 8 de Agosto de 2012 - Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJ/TO) - **Dispõe sobre a documentação exigida para a posse**

*(...) CAPÍTULO I*

*DA DOCUMENTAÇÃO PARA POSSE*

*Art. 1º São exigidos para posse de magistrados e de servidores efetivos ou comissionados e para a ocupação de função de*

*confiança, os seguintes documentos, certidões negativas e declarações:*

 *II declarações:*

Resolução nº 186, 18 de fevereiro de 2014 - Conselho Nacional de Justiça (CNJ)

*Art. 1º Alterar o inciso V do § 1º do artigo 5º da*[*Resolução n. 156*](http://www.cnj.jus.br/atos-normativos?documento=56)*, que passa a vigorar com a seguinte redação:*

*Art.5º.........................................................................................................*

*V - dos entes públicos ou órgãos jurisdicionais, em que tenha trabalhado nos últimos dez anos, constando a informação de que não foi demitido, a qualquer título, não teve cassada aposentadoria ou disponibilidade e não foi destituído de cargo em comissão.*

# Declaração – Ficha Limpa

**NOME,** CPF nº      , declaro para os fins de posse em cargo em comissão que não praticou nenhum dos atos especificados na Resolução nº 156/2012 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Por ser verdade, assino o presente.

Palmas-TO, \_\_\_\_\_/ \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_.

Assinatura:

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Resolução nº 156, de 8 de Agosto de 2012 - Conselho Nacional de Justiça (CNJ)

 **Proíbe a designação para função de confiança ou a nomeação para cargo em comissão de pessoa que tenha praticado os atos que especifica, tipificados como causa de inelegibilidade prevista na legislação eleitoral, e dá outras providências.**

*Art. 1º Fica proibida a designação para função de confiança ou a nomeação para cargo em comissão, incluídos os de natureza especial, de pessoa que tenha sido condenada em decisão com trânsito em julgado ou proferida por órgão jurisdicional colegiado, nos seguintes casos:*

*I - atos de improbidade administrativa;*

*II - crimes:*

 *a) contra a administração pública;*

*b) contra a incolumidade pública;*

*c) contra a fé pública;*

*d) hediondos;*

*e) praticados por organização criminosa, quadrilha ou bando;*

*f) de redução de pessoa à condição análoga à de escravo;*

*g) eleitorais, para os quais a lei comine pena privativa de liberdade;*

*h) de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores.*

*Art. 2º Na mesma proibição do art. 1º incidem aqueles que tenham:*

*I - praticado atos causadores da perda do cargo ou emprego público;*

*II - sido excluídos do exercício da profissão, por decisão sancionatória judicial ou administrativa do órgão profissional competente;*

*III - tido suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável que configure ato doloso de improbidade administrativa, por decisão irrecorrível do órgão competente.*

*Art. 3º Não se aplicam as vedações do art. 1º quando o crime tenha sido culposo ou considerado de menor potencial ofensivo. Parágrafo único. Deixam de incidir as vedações dos arts. 1º e 2º depois de decorridos cinco anos da:*

 *I - extinção da punibilidade do crime respectivo, salvo em caso de absolvição pela instância superior, que retroagirá para todos os efeitos;*

*II - decisão que tenha ocasionado a exclusão do exercício profissional, a perda do cargo ou emprego público;*

*III - rejeição das contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas;*

*ou IV - cessação dos efeitos da suspensão dos direitos políticos.*

# Declaração sobre Exercício da Advocacia

Eu, NOME, CPF nº      , declaro que em conformidade com o disposto no inciso IV do art. 28 da Lei nº 8 906, de 4 de julho de 1995, que:

[ ]  NÃO exerce que não exerço a advocacia, mesmo em causa própria, nos termos dos arts. 27 e 28 da Lei n° 8.906, de 4 de julho de 1994.

[ ]  SIM exerço a advocacia, mesmo em causa própria, nos termos dos arts. 27 e 28 da Lei n° 8.906, de 4 de julho de 1994.

Palmas-TO, \_\_\_\_\_/ \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_.

Assinatura:

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Lei n° 8.906, de 1994 - Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)

***Art. 27. A incompatibilidade determina a proibição total, e o impedimento, a proibição parcial do exercício da advocacia*.**

Art. 28. A advocacia é incompatível, mesmo em causa própria, com as seguintes atividades: (...);

1. *- membros de órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público, dos tribunais e conselhos de contas, dos juizados especiais, da justiça de paz, juízes classistas, bem como de todos os que exerçam função de julgamento em órgãos de deliberação coletiva da administração pública direta e indireta; (Vide ADIN 1127-8)*
2. *- ocupantes de cargos ou funções de direção em Órgãos da Administração Pública direta ou indireta, em suas fundações e em suas empresas controladas ou concessionárias de serviço público;*
3. *- ocupantes de cargos ou funções vinculados direta ou indiretamente a qualquer órgão do Poder Judiciário e os que exercem serviços notariais e de registro;*
4. *- ocupantes de cargos ou funções vinculados direta ou indiretamente a atividade policial de qualquer natureza; VI - militares de qualquer natureza, na ativa;*

*(...);*

*§1º A incompatibilidade permanece mesmo que o ocupante do cargo ou função deixe de exercê-lo temporariamente.*

**Declaração de Participação em Sociedade Privada**

NOME, CPF nº      , declaro, para fins de posse em cargo público no Poder Judiciário do Estado do Tocantins, que não participar de gerência ou administração de empresa privada, de sociedade civil, salvo nos conselhos de administração e fiscal de empresas ou entidades em que o Estado participe direta ou indiretamente do capital social, sendo-lhe vedado exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, quotista ou comanditário.

Declaro, para os devidos fins, que:

[ ]  Não.

[ ]  Sim. Quantas?

1. Empresa:

 CNPJ:

1. Empresa:       CNPJ:

Palmas-TO, \_\_\_\_\_/ \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_.

NOME:

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

**Lei n° 1.818/2007, de 1994 - Estatuto dos Servidores**

*Art. 134.. Ao servidor é proibido:*

*(...) X - participar de gerência ou administração de empresa privada, de sociedade civil, salvo nos conselhos de administração e fiscal de empresas ou entidades em que o Estado participe direta ou indiretamente do capital social, sendo-lhe vedado exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, quotista ou comanditário*

**Lei Complementar n° 35, 14 de março de 1979 - Dispõe sobre a Lei Orgânica da Magistratura Nacional.**

*Art. 36. É vedado ao magistrado:*

*I - exercer o comércio ou participar de sociedade comercial, inclusive de economia mista, exceto como acionista ou quotista;*

*II - exercer cargo de direção ou técnico de sociedade civil, associação ou fundação, de qualquer natureza ou finalidade, salvo de associação de classe, e sem remuneração;*

**TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO -TCMS**

 Eu, \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, portador do CPF nº\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, matrícula\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, telefone \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ lotado no \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ DECLARO ter ciência da minha responsabilidade e firmo o compromisso **de não revelar sem autorização, salvo hipóteses legais, quaisquer informações tratadas em reuniões ou contidas em dados, documentos, áudios, imagens ou vídeos armazenado ou que de qualquer forma eu tenha conhecimento, ainda que informalmente, em razão do meu cargo ou função e cuja natureza seja restrita, sigilosa, estratégica, configurem dados pessoais, principalmente os sensíveis, ou, ainda, que possa causar riscos, danos ou repercuta negativamente para o Poder Judiciário do Tocantins**. Comprometo-me ainda a:

I - não praticar quaisquer atos que possam afetar o sigilo ou a integridade das informações acima; e

II – não compartilhar senhas ou outra forma de credencial de acesso aos sistemas de informações institucionais;

III – não utilizar as informações ou acessos aos sistemas para fins pessoais, em benefício próprio ou de terceiros, presente ou futuro;

IV - não realizar reprodução fotográfica, filmar ou gravar documentos, audiências ou reuniões sem estar devidamente autorizados;

em caso de dúvidas acerca da natureza confidencial de determinada informação, manter sob sigilo até que venha a ser autorizado expressamente;

V - informar imediatamente, independente de dolo ou culpa, sobre qualquer violação das regras de sigilo ora estabelecidas que tenha ocorrido;

VI – renunciar às credenciais de acesso aos sistemas de informações de natureza funcional após meu desligamento;

Após ler e concordar com as condições acima, cujo descumprimento acarretará a responsabilidade administrativa, civil e criminal, nos termos da lei, dato e assino o presente termo.

Palmas/TO, \_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 20\_\_.

Assinatura